FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Leonor Rocha Ferreira

A relevância do papel do professor na pesquisa e nas políticas públicas, situando-o como sujeito – real, concreto – de um fazer docente, no que este guarda de complexidade, importância social e especificidade, inclui dar-lhe a voz que precisa ter na produção de conhecimento sobre sua prática. Ampliam-se, nessa perspectiva, as possibilidades de rompimento do tradicional modelo dos cursos de formação de professores rumo à inserção na realidade escolar em busca de possíveis soluções e alternativas metodológicas que, efetivamente, colaboram para a mudança no cenário das práticas pedagógicas em sala de aula.

Segundo Aguiar e Bordini (1988), o trabalho educativo desprovido de uma metodologia, deságua num ensino caótico e ineficiente, por outro lado a utilização de um método definido não afiança o sucesso do ensino na escola brasileira. A aplicação passiva de qualquer método, sem levar em conta as condições circunstanciais da sala de aula, ou a excessiva preocupação com as técnicas desvinculadas dos conteúdos que lhe devem servir de suporte, burocratizam o ensino, determinando sua perda de significação ante o alunado.

Antes de continuarmos nossas reflexões, consideramos importante e necessário construir o conceito de políticas públicas – o qual é comum encontrarmos em diversos tipos de textos. Lembramos que as políticas públicas trabalham com o macro e por isso, trabalhar com políticas públicas significa “mexer” com a vida de muitas pessoas. Para isso trouxemos de novo à memória o artigo de Crispino (2005).

Crispino (2005) afirma que o conceito de política pública é polissêmico e que esta expressão “quer significar um conjunto de expectativas geralmente dirigidas ao poder público” (p.63). Inicialmente apresenta política pública como “intencionalidade de ação de governo que vise atender a necessidade da coletividade e a concretização de direitos estabelecidos” (p.61).

Percebe-se que formação de professores e seu nível de participação nas decisões políticas de Educação assumem papel bastante relevante no processo pedagógico de qualquer grau de ensino. Outrora, temos percebido a incoerência com o discurso político dos professores e uma tem sido transplantada para a prática. O que se tem

visto é uma oscilação entre idéias e práticas conservadoras, fazendo com que a quebra de paradigmas se torne bastante difícil.

Por longos anos, temos vivenciado experiências em diferentes níveis de ensino, na maioria das vezes, há falhas na formação do professores, tanto nos seus comprimentos pedagógicos específicos quanto a sua dimensão política, enquanto cidadãos críticos e conscientes de seu papel social na arte da vida.

Por outro lado, apesar da discussão sobre esse tema ser bastante discutido nos últimos tempos, esses estudos não tem avançado enquanto a figura do professor ser um cidadão, formador de opiniões, formador de cidadãos, um sujeito com uma bagagem cheia e histórica, concreto, relacionado com um lugar, em certo tempo, inserido no cotidiano das escolas brasileiro, no nosso contexto histórico.

As discussões sobre a escola e seu papel vêm sendo discutido por vários anos, passando pelos movimentos dos pioneiros, Paulo Freire, e convém lembrar as lutas conservadoras e progressistas, sempre presente, por ocasião do processo de discussão e votação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Assim, anunciou-se por ocasião a Lei 4.024/61, que não consegui aprofundar as questões educacionais, apresentando questões genéricas. Somente mais tarde através de muitas discussões é que nos anos de 1970 a 1980 foram levantados debates sobre a redemocratização do Estado e a liberdade de expressão começaram a tomar conta das associações representativas da sociedade civil, fortalecidos pelos movimentos sindicais, que elaboram vários atos de contestação como greves por melhorias para sociedade brasileira. Sendo assim, seus seguidores enfatizavam a formação do professor em todos os graus de ensino como requisito indispensável à democratização e a melhoria de qualidade das escolas, bem como a construção de uma sociedade igualitária, solidária e consciente do seu papel na sociedade. É preciso compreender que a formação dos professores não se dar apenas em um nível de formação, uma vez que há uma interligação entre os diferentes graus que se infere a deficiente competência profissional não só afetará em qualquer etapa, mas afetará as demais.

Por outro lado, não podemos esquecer também que qualquer reflexão sobre a formação do professor, apontará para discussões políticas-pedagógicas sobre a sociedade que se pretende, o que se entende por cidadania, o que se entende por

democracia e o papel social na educação, na escola neste contexto e as demais políticas públicas nesse país e a forma como os professores participam na formulação dessas políticas.

Diante de tudo o que foi exposto, vemos que neste período de crise e de transição paradigmática, a educação deve ser problematizadora, uma educação que possua um caráter reflexivo, sendo um constante ato de desvelamento da realidade e que resulte na inserção crítica do indivíduo na realidade. Para isso é preciso desenvolver no homem a impaciência e a vivacidade para que ele procure, invente e reivindique, pois o homem não deve apenas estar no mundo, mas com ele (FREIRE, 1983, p.104). Sendo assim, isso é o resultado de sua abertura para a própria realidade, da sua integração com o mundo. Ou seja, o homem se ajusta a realidade para transformá-la.

Devemos lutar por uma educação que proponha a desalienação do homem que se tornara objeto, expectador e figurante de sua própria história. O homem deve ser sujeito e, enquanto

tal, ser ativo. Deve criar, recriar, decidir, dominar e humanizar a realidade. Portanto, o homem deve conhecer o mundo para poder interferir nele, dialogar com e sobre ele – isso o torna um ser histórico. Devemos tornar o homem sujeito e retirá-lo da condição permanente de objeto, de domesticado.

O nosso papel no mundo não é apenas viver o que ocorre e aceitar tudo o que nos é colocado, é preciso ser um sujeito de ocorrências (FREIRE, 2001, p.85). Aprendemos para intervir na realidade. Não devemos, enquanto educadores, gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes (MÉSZAROS, 2005, p.35).

Para isso, temos que comunicar/divulgar essa vontade de mudar a situação vigente, mudar tudo o que está estabelecido, construir uma nova visão de mundo. Mas, primeiramente, é preciso que a muralha da linguagem entre a Casa Grande e a Senzala seja derrubada porque sem comunicação que comunique não há revolução. Assim como sem um acesso a um ensino de qualidade não há como ler/ver o mundo de modo que atuemos nele ao invés de somente estarmos nele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Raquel G. Formação de professores, tecnologias e linguagens: mapeando velhos e novos (des)encontros. São Paulo: Loyola, 2002.

CAPELLO, Cláudia & COELHO, Lígia Martha. Língua Portuguesa na Educação I. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2003.

CAPELLO, Cláudia & FRANÇA, Maristela Botelho. Língua Portuguesa na Educação II. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2005.

CRISPINO, Álvaro. Binóculo ou Luneta: os conceitos de política pública e ideologia e seus impactos na educação. Rio de Janeiro: RBPAAE, v.21, n.1/2, jan/dez 2005.

FREITAS, Uma pós-modernidade de libertação: reconstruindo as esperanças. São Paulo: Autores Associados, 2005.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GIANNOTTI, Ivo. Muralhas da linguagem. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MÉSZAROS, Istvan. A Educação para além do Capital. São Paulo: Boitempo Editora, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza . Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

WEBER, Silke. Profissionalização docente e políticas públicas no Brasil. Educação e Sociedade. Vol 24, nº 85, Campinas, dezembro 2003.